

Arrumação no Congresso

24 DEZ 1993
PAULO KRAMER

Terá sido um desperdício de energia cívica se os desdobramentos da CPI do Orçamento se limitarem à cassação de meia dúzia de mandatos. É necessário que cobremos muito mais da parcela "não-picareta" do Congresso Nacional. Afinal, a sociedade brasileira está diante de uma oportunidade inédita de reconstruir aquilo que o deputado Fábio Feldmann (PSDB-SP) chama de arquitetura de poder interno do Legislativo.

Na última década, o Congresso recuperou as prerrogativas políticas e o poder decisório que lhe haviam sido confiscados pelo regime militar, mas não cuidou de readequar sua estrutura e seu funcionamento a essas novas e desafiadoras responsabilidades. Para citar outro deputado, o ex-ministro da Previdência, Antônio Britto (PMDB-RS), o "Congresso da denúncia e da crítica precisa aprender a ser o Congresso da formulação e da decisão". Mas como formular e decidir com um aparato administrativo balofo e intoxicado desde os tempos da ditadura, quando o papel atribuído ao Legislativo era o de mera instância decorativa e homologatória?

Recentemente, a pesquisadora da UnB Marta Dolabela e eu temo-nos debruçado sobre deficiências de recursos administrativos, financeiros, humanos e informacionais que comprometem as comissões permanentes da Câmara dos Deputados — aquelas mesmas comissões que a Constituição e o Regimento Interno elevaram à condição de fulcro do processo legislativo, conferindo-lhes, em certos casos, o poder de votar projetos de lei sem que seja necessário remetê-los a plenário. Tais deficiências põem em dúvida as chances de êxito da proposta, sob todos os títulos interessante e meritória, do presidente da Casa, deputado Inocêncio de Oli-

veira (PFL-PE), que quer alterar a sistemática do Orçamento, acabando com a malcheirosa Comissão Mista, deslocando as discussões técnicas para as comissões permanentes relevantes da Câmara e do Senado e trazendo a deliberação final para o plenário do Congresso Nacional — tudo isso com o fim de conferir ao processo orçamentário uma transparência e uma credibilidade públicas que hoje, sem dúvida, lhe faltam.

Ora, as boas intenções de Inocêncio esbarram em obstáculos poderosos. Dentre esses, destaca-se o desparelhamento das áreas de assessoramento, informação e documentação para assistir as comissões. No organograma vigente, as Assessorias Legislativas e de Orçamento se subordinam à burocracia da Casa (diretorias geral e legislativa) e se acham distanciadas das comissões e de suas necessidades. Os assessores encontram dificuldade em hierarquizar as demandas por seu trabalho, obrigados que estão a atender a um "varejo" que vai de redação de discursos para o pequeno expediente (pinga-fogo) à emissão de pareceres sobre estudos e projetos cobrindo todas as áreas relevantes da política pública. Neste caso, uma alternativa seria desdobrar os núcleos temáticos das duas assessorias e subordiná-los diretamente às comissões, no modelo do Congresso americano.

No tocante à informação, o engavetamento do Plano Diretor de Informática, uma das raras iniciativas relevantes da gestão Ibsen Pinheiro, em nada contribui para o fortalecimento das capacidades de deputados e assessores de buscar (no âmbito do Executivo e nas demais esferas da sociedade), organizar e interpretar dados indispensáveis a uma elaboração orçamentária criteriosa e acorde com as genuínas, variadas e complexas necessidades dos muitos brasis que compõem o Brasil.

As lacunas de documentação trazem-se na inexistência de séries históricas. Sem uma base de dados

completa e prontamente acessível dos dez últimos orçamentos (no mínimo) fica mesmo difícil evitar dotações para construir hospitais e escolas que já foram inaugurados...

Cabe, ainda, advertir que, na discussão e no encaminhamento de suas inadiáveis reformas internas, o Congresso Nacional não deve se fechar numa alienação corporativista de parlamentares e assessores, mas buscar ativamente o apoio de centros multidisciplinares de excelência em pesquisa e ensino, no Brasil e no exterior, única forma de exorcizar a ameaça de "sucateamento intelectual" que hoje ronda qualquer organização complexa. A experiência legislativa americana mais uma vez nos oferece matéria para reflexão. Com a incorporação à sua estrutura de órgãos como o Congressional Research Service (CRS), corpo de pesquisadores recrutado na universidade e no setor privado sob os cuidados da Biblioteca do Congresso, e o Congressional Budget Office (CBO), para formulação e acompanhamento orçamentários, o Congresso dos Estados Unidos vem enfrentando com sucesso esses desafios.

Este elenco de problemas pode e deve ser complementado por um relato dos altos custos e duvidosos benefícios da recente decisão da Mesa da Câmara, permitindo a ampliação do staff pessoal dos deputados para até 16 funcionários por gabinete (dois dos quais em nível de assessor, com gordos salários). Enquanto isso, desprovidas de autonomia financeira, as comissões permanentes continuam impossibilitadas de custear passagens e estadias de especialistas que, convidados a expor seus conhecimentos e opiniões nas audiências públicas, certamente contribuiriam para o enriquecimento do processo legislativo e elevariam o nível dos debates parlamentares. Mas esta é uma outra história, que fica para uma outra vez.

Paulo Kramer é professor da Universidade de Brasília.